



Associação Brasileira das  
Indústrias da Alimentação

# RELATÓRIO ANUAL 2016



**RELATÓRIO  
ANUAL  
2016**

# Índice



**07** MENSAGEM  
DO PRESIDENTE

**08** DEPARTAMENTOS  
DA ABIA

**10** TRABALHO COM OS  
ASSOCIADOS

**13** A INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO  
EM NÚMEROS

**18** TEMAS  
DE DESTAQUE

**25** ARTICULAÇÃO

**36** EVENTOS

**39** ESTUDOS &  
PUBLICAÇÕES

**40** COMUNICAÇÃO

**42** DIRETORIA EXECUTIVA  
PARA O BIÊNIO 2016/2018



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

**2016** foi um ano marcado por grande movimentação política, econômica e social.

Vivenciamos a finalização do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, a fase de interinidade de Michel Temer e finalmente sua confirmação como presidente da República, com a difícil missão de promover a recuperação econômica e assegurar a articulação política e a governabilidade.

Os resultados das eleições municipais de 2016 demonstraram claramente o desejo de mudança da população. O ciclo de ascensão do PT nas últimas três eleições foi encerrado e o partido viu seu número de prefeituras pelo País reduzido em quase 60%.

O Judiciário foi um dos grandes protagonistas do conturbado cenário político-econômico brasileiro. Desdobramentos das investigações da Operação Lava Jato atingiram os presidentes da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ); e do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB/AL); e ainda motivaram a saída de três ministros do Governo Temer (Romero Jucá - Planejamento, Henrique Alves - Turismo e Fabiano Silveira - Transparência).

No cenário econômico, o Brasil registrou um de seus piores momentos das últimas décadas, com expectativa de queda no PIB (3,6%), aumento do desemprego (12,6% da população economicamente ativa) e inflação média da ordem de 8,7%.

A indústria da alimentação brasileira sofreu o impacto do

momento político e econômico, porém não de forma tão aguda como outros setores industriais. Fechamos o ano com um faturamento de R\$ 614,3 bilhões e crescimento nominal de 9,3%. O nível de empregos diretos gerados se manteve praticamente estável no patamar de 1,6 milhão. Já os investimentos gerais do setor caíram 14,3% e o movimento de fusões e aquisições cresceu 26%.

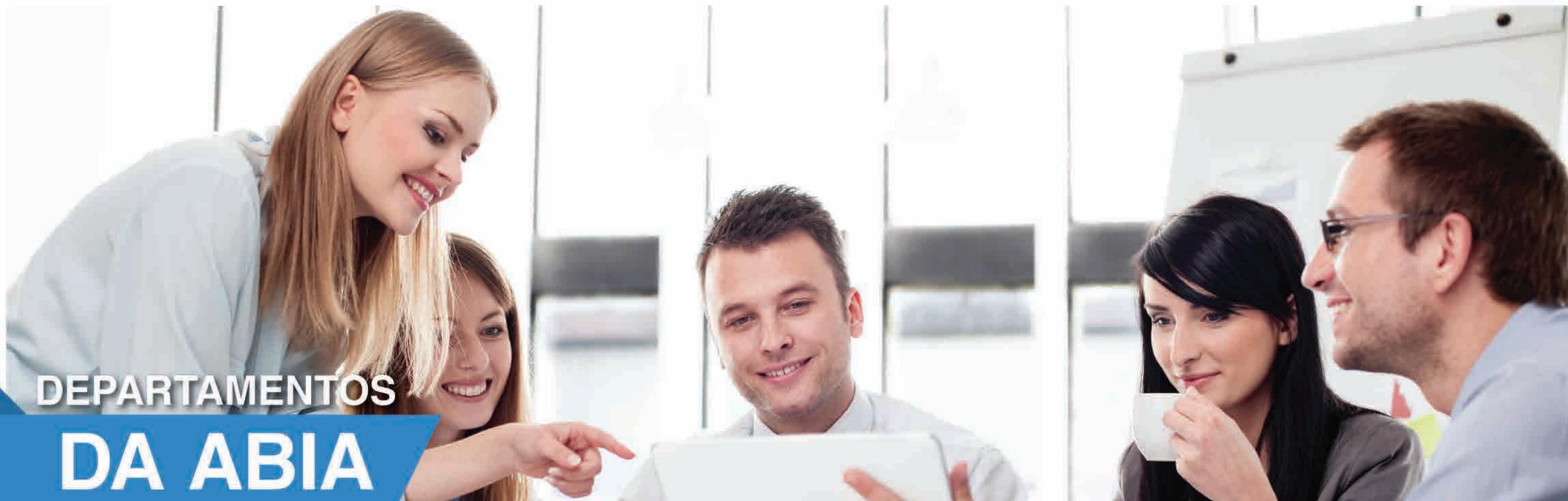
Apesar dos desafios permanecerem para 2017, com a necessidade de continuidade da reforma Previdenciária e da reforma Trabalhista, além dos desdobramentos da Operação Lava Jato, a economia brasileira já apresenta sinais de recuperação.

Tradicionalmente, o setor da indústria da alimentação apresenta rápida capacidade de reação. Portanto, olhamos para o ano de 2017 com otimismo e expectativa de recuperação dos principais indicadores.

As atividades desenvolvidas pela ABIA durante o ano de 2016 estão contempladas neste relatório, com destaque para os trabalhos desenvolvidos junto ao Executivo, ao Legislativo e demais parceiros institucionais.

A todos uma boa leitura!

**EDMUNDO KLOTZ**  
Presidente da Associação Brasileira  
das Indústrias da Alimentação



## DEPARTAMENTOS DA ABIA

### **DECON – Departamento de Economia, Estatística e Planejamento.**

Tem como principal função prover, analisar e interpretar estatísticas e informações econômicas e financeiras, com o objetivo de mensurar o real desempenho da indústria da alimentação no Brasil, além de contribuir para a defesa de um ambiente de negócios favorável ao fortalecimento das empresas associadas à ABIA.

Conduz mensalmente a Pesquisa Conjuntural junto às empresas associadas, consulta diversas bases de dados nacionais e internacionais, acompanha e analisa ações e estatísticas sobre custos industriais, exportação e importação, pesquisas de mercado etc.

É responsável pelo suporte técnico e operacional à Comissão de Comércio Exterior, além de receber representantes e missões comerciais que tenham interesse em fazer contato com fornecedores brasileiros de alimentos processados.

**E-mails:** [decon@abia.org.br](mailto:decon@abia.org.br) e [decex@abia.org.br](mailto:decex@abia.org.br)

### **DEJUR – Departamento Jurídico**

Em suas atividades rotineiras, atende as empresas associadas em suas consultas sobre assuntos relacionados

à regulamentação de alimentos, além de outros temas jurídicos em geral.

Organiza coletâneas de normas e projetos de lei que afetam as indústrias da alimentação e elabora manifestações acerca dos projetos de lei, endereçadas aos parlamentares. Analisa, elabora e controla os contratos firmados pela ABIA e acompanha as ações judiciais em que a Associação é parte, bem como ações em vários tribunais, cujo resultado seja de interesse da indústria da alimentação.

Executa avaliação jurídica e concede apoio operacional às demandas dos demais departamentos da ABIA, e coordena várias comissões com destaque para a Comissão Jurídica, de Atendimento ao Consumidor, de Energia e Meio Ambiente e Grupo OGM.

Representa a ABIA em diversas Câmaras Setoriais, Conselhos Temáticos, Grupos de Trabalho e Comissões junto a interlocutores externos, tais como:

- Câmara Setorial de Propaganda da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Câmara Ambiental da Indústria Paulista, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
- Núcleo de Acompanhamento Legislativo (FIESP);
- Conselho Temático Permanente das Relações do

Trabalho e Comissão de Assuntos Tributários e Fiscais da Confederação Nacional da Indústria (CNI);

Acompanha ainda os trabalhos do assento reservado à ABIA nos Conselhos Temáticos da CNI: Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Assuntos Legislativos.

**E-mail:** [dejur@abia.org.br](mailto:dejur@abia.org.br)

### **DETEC – Departamento Técnico**

É responsável pela interface técnico-regulatória entre as indústrias de alimentos e entidades do Governo como Ministério da Saúde (MS), ANVISA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO); participa ativamente de fóruns técnicos e promove workshops voltados à elaboração de normas que atendam e sejam compatíveis com a realidade das indústrias.

Internacionalmente, participa das discussões sobre o Codex Alimentarius e também no âmbito do MERCOSUL.

Assessora as empresas na interpretação e aplicação da legislação de alimentos, orientando sobre rotulagem geral e nutricional, enquadramento dos produtos de acordo com o Padrão de Identidade e Qualidade do Produto, bem como

regularização de produtos junto aos órgãos competentes.

**E-mail:** [detec@abia.org.br](mailto:detec@abia.org.br)

### **DRPI – Departamento de Relações Públicas e Institucionais**

Responsável pelo relacionamento com os diversos stakeholders, articula estratégias para estabelecimento de parcerias com os principais interlocutores, públicos e privados, nacionais e internacionais, da indústria da alimentação brasileira. Identifica e avalia oportunidades de parcerias, a fim de atender os objetivos da entidade e consolidar sua imagem no mercado.

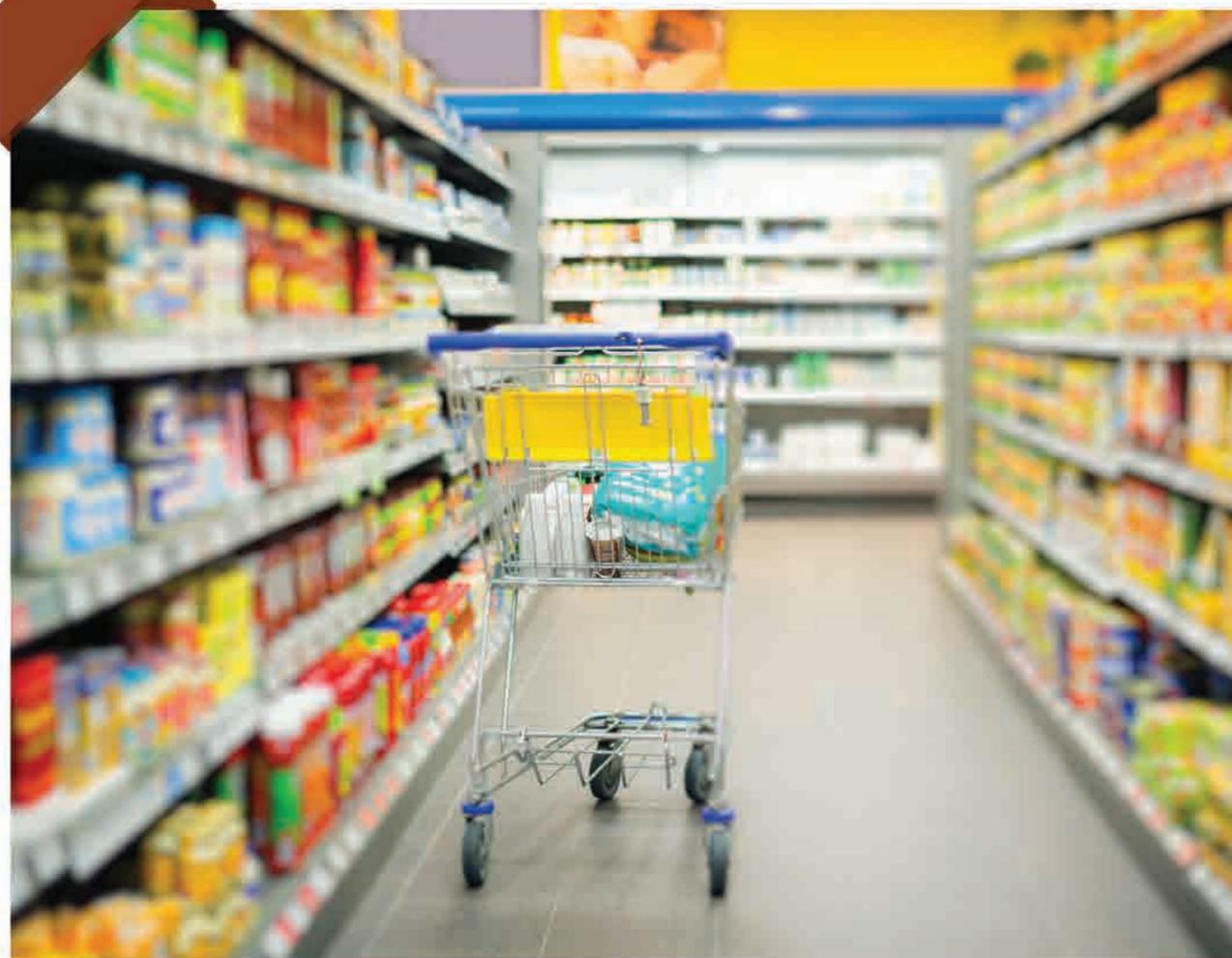
É responsável por toda a interface com os meios de comunicação e orientação estratégica para gestão de crises.

**E-mail:** [drpi@abia.org.br](mailto:drpi@abia.org.br)

### **Departamento Administrativo/Financeiro**

Responsável por gerir as finanças da entidade, articular o relacionamento com a Diretoria Executiva, organizar eventos e dar suporte operacional às comissões setoriais e aos demais departamentos da ABIA.

**E-mail:** [abia@abia.org.br](mailto:abia@abia.org.br)



## TRABALHO COM OS ASSOCIADOS

Os departamentos que compõem a ABIA interagem com os associados por meio de uma estrutura de Comissões Setoriais e Temáticas, Grupos de Trabalho e Setores. De caráter permanente ou ad hoc, têm por objetivo propiciar a interlocução e a construção de posicionamentos e propostas em sintonia com as necessidades e demandas das empresas associadas.

### Comissões Setoriais e Temáticas em funcionamento:

- Comissão de Alimentos Preparados Fora do Lar – Food Service
- Comissão de Atendimento ao Consumidor - CAC
- Comissão de Comércio Exterior - CCE

- Comissão de Energia e Meio Ambiente - CEMA
- Comissão de Logística - CL
- Comissão de Relações de Trabalho - GRECIA
- Comissão de Tecnologia e Legislação Alimentar – CTLA
- Comissão Jurídica – CJ
- Comissão de Comunicação

### Principais Grupos de Trabalho:

- Promotores de Vendas
- Tributos
- OGM

### Setores atendidos:

- Açúcar
- Aditivos
  - ◆ Aromas
  - ◆ Corantes
  - ◆ Edulcorantes
  - ◆ Estabilizantes/Espessantes
- Alimentos fortificados
- Alimentos funcionais
- Alimentos para fins especiais
- Alimentos para lactentes e crianças de 1ª infância
- Balas, bombons e chocolates
- Bebidas alcoólicas
- Bebidas não alcoólicas
  - ◆ Águas
  - ◆ Pós para o preparo de refrescos
  - ◆ Refrescos / xaropes
  - ◆ Refrigerantes
  - ◆ Sucos
- Biscoitos
- Café
- Carnes e produtos cárneos
- Cereais naturais, industrializados e derivados
  - ◆ Barras de cereais
- Chás
- Condimentos, temperos, molhos e especiarias
- Derivados de coco
- Embalagens
- Fermentos
- Frutas e Vegetais – processados e conservas
- Gelados comestíveis
- Gomas de mascar
- Laticínios
  - ◆ Bebidas lácteas
- Margarina e creme vegetal
- Massas alimentícias
- Misturas para bolos, tortas, sobremesas e similares

- ◆ Pós para achocolatados
- Moagem úmida de milho, para produção de amidos e xaropes
- Moinhos de trigo
- Óleos e gorduras
- Ovos e produtos de ovos
- Pães, bolos, panetones e produtos de confeitaria
- Pescados e produtos de pescados
- Produtos apícolas
- Produtos de tomate
- Produtos orgânicos
- Rações para animais
- Sal
- Snacks e aperitivos
- Soja e produtos de soja
- Sopas e caldos
- Vinagre

### Comitês Técnicos:

- CCAB – COMITÊ CODEX ALIMENTARIUS DO BRASIL
- GTFA - ADITIVOS
- GTCF - CONTAMINANTES
- GTFL - ROTULAGEM
- GTNFSDU – NUTRIÇÃO E ALIMENTOS PARA DIETAS ESPECIAIS
- GTFH – HIGIENE
- GTFICS – IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS
- GTFO – ÓLEOS E GORDURAS
- GTGP – PRINCÍPIOS GERAIS
- GTMAS – MÉTODOS DE ANÁLISES
- GTPFV – FRUTAS E VEGETAIS PROCESSADOS
- GTPR – RESÍDUOS DE PESTICIDAS
- GTRVDF – RESÍDUOS DE DROGAS VETERINÁRIAS
- GTFFP – PESCADO E PRODUTOS DE PESCADO
- GTMMP – LEITES E DERIVADOS
- GTAMR - RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS
- GTCCS – AÇÚCAR
- GTFFV – FRUTAS E VEGETAIS FRESCOS
- GTSCH – TEMPEROS E ERVAS CULINÁRIAS
- GTCPL - CEREAIS, FAVAS E LEGUMINOSAS

# A INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO EM NÚMEROS

**2016** foi marcado pela recuperação. Em meados do ano as indústrias passaram a retomar o fôlego e a recuperar a confiança com a perspectiva de maior estabilidade no cenário político e econômico e o anúncio das reformas aguardadas pelo setor produtivo.

A retomada, de acordo com a pesquisa conjuntural da ABIA, elevou o faturamento nominal em 9,3% no encerramento do ano e o faturamento real, deflacionado pelo IPCA, em 0,6% em relação ao ano de 2015.

Com essa evolução, a indústria da alimentação permanece com o maior faturamento da indústria de transformação, R\$ 614,3 bilhões. Também é o setor que mais emprega: 1,6 milhão de funcionários.

A rápida recuperação da produção física, no entanto, não foi suficiente para compensar a queda anteriormente observada e registrou uma variação acumulada de -0,96%. No entanto, melhor do que o índice de 2015, que foi de -2,9%. Os índices de vendas reais acumuladas também apresentaram melhora e foram de -2,73% em 2015 para -0,63% em 2016.

As exportações mantiveram crescimento no ano passado e fecharam em US\$ 36,4 bilhões, contra US\$ 35,2 bilhões registrados em 2015. A participação do setor de alimentos e bebidas no saldo da balança comercial brasileira foi muito significativa. Em 2016, o setor contribuiu com saldo de US\$ 31,5 bilhões para o superávit total da balança comercial do País, que foi de US\$ 47,7 bilhões.

Para 2017 as perspectivas para a indústria brasileira da alimentação mostram-se mais favoráveis. Pelo lado da demanda, a depender do avanço da agenda de reformas, consideradas fundamentais para a credibilidade do ajuste fiscal e da economia brasileira, a trajetória de queda da inflação e a redução das taxas de juros, em curso, estarão asseguradas e poderão beneficiar a retomada do consumo e dos investimentos.

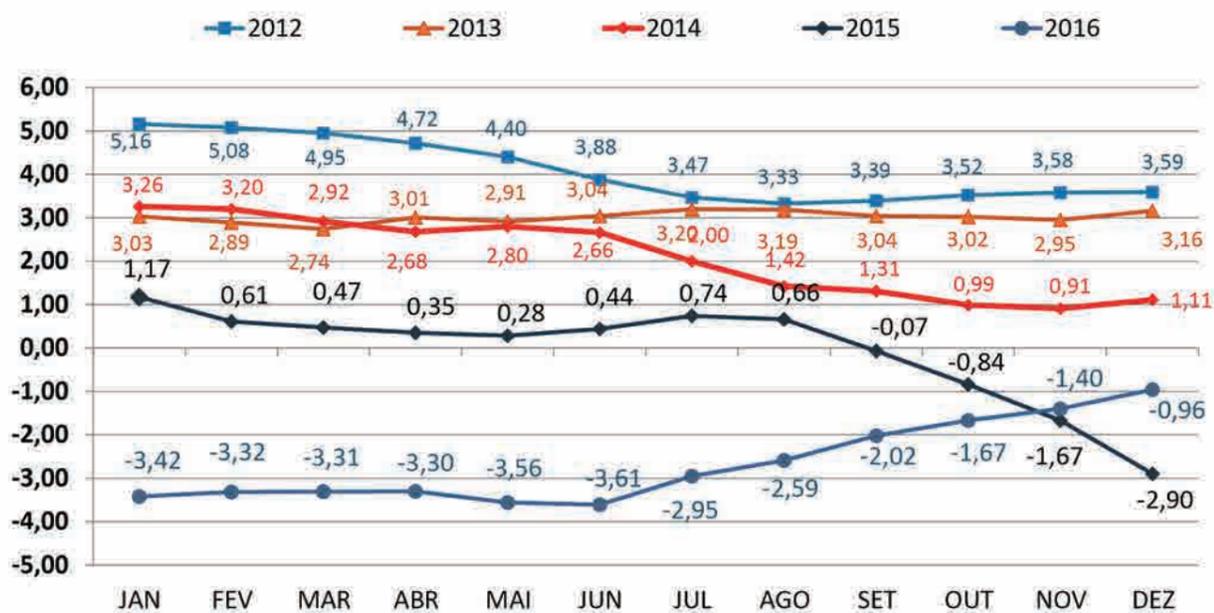
Do lado da oferta, a entrada da nova safra agrícola, estimada em 17% superior à anterior, contribuirá para assegurar a disponibilidade de matérias-primas agropecuárias para o processamento industrial a custos competitivos.

A redução da inflação dos preços dos alimentos contribui para a redução do índice de inflação geral do País e poderá gerar aumento de renda disponível das famílias brasileiras e de consumo de alimentos processados ao longo do ano.



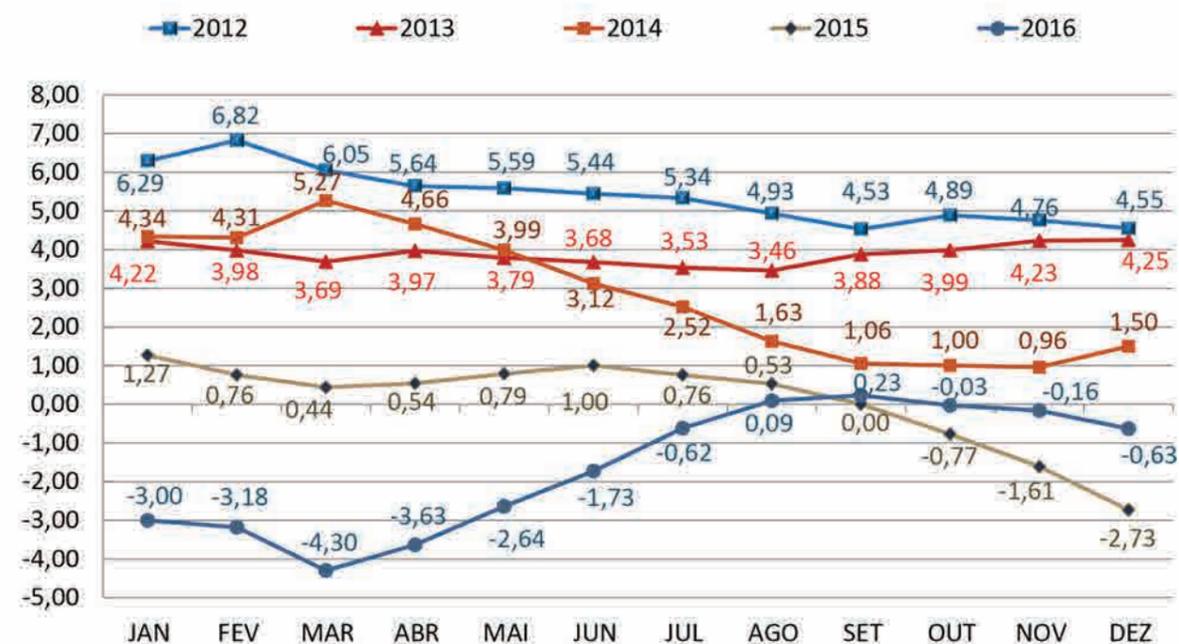


## Desaceleração Recente da Indústria da Alimentação - Produção Física (var % acum. 12M)



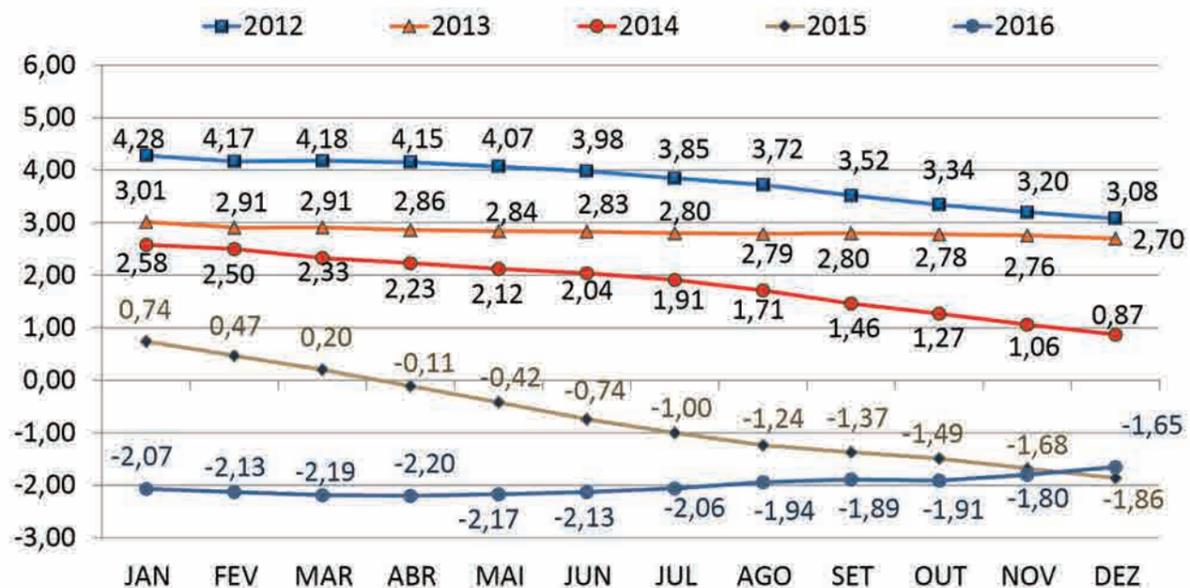
Fonte: Pesquisa Conjuntural ABIA

## Desaceleração Recente da Indústria da Alimentação - Vendas Reais (var % acum. 12M)



Fonte: Pesquisa Conjuntural ABIA

## Desaceleração Recente da Indústria da Alimentação Emprego (var % acum. 12M)



Fonte: Pesquisa Conjuntural ABIA

## A Contribuição da Indústria da Alimentação ao Saldo Comercial do Brasil

### Balança Comercial (US\$ Bilhões)

Ano	Saldo Brasil			Saldo Alimentos Processados (*)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
2008	197,9	173,0	25,0	33,3	3,3	29,9
2009	153,0	127,7	25,3	30,8	3,1	27,7
2010	201,9	181,8	20,1	37,8	4,1	33,7
2011	256,0	226,2	29,8	44,8	5,5	39,3
2012	242,6	223,2	19,4	43,4	5,6	37,8
2013	242,0	239,7	2,3	43,0	5,7	37,3
2014	225,1	229,1	-4,0	41,1	5,7	35,4
2015	191,1	171,5	19,7	35,3	5,0	30,2
2016	185,2	137,6	47,7	36,4	5,0	31,5

Fonte: SECEX/ Elaboração ABIA

Alimentos Processados = Alimentos Industrializados de valor agregado + alimentos semielaborados commodities agroindustriais, carnes, suco de laranja, açúcar, farelo de soja, etc).

(\*) 50,9% do agronegócio de alimentos e 42,9% do agronegócio pleno.



# TEMAS DE DESTAQUE

Durante o ano de 2016, a ABIA trabalhou diversas pautas e temas relacionados ao alimento processado e à competitividade da indústria, com diversos stakeholders do setor público e privado. Com destaque para:

## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE

**Redução de sódio:** Foram apresentados os resultados do monitoramento do 3º Termo de Compromisso (derivados de cereais, cereais matinais, margarina vegetal, caldos líquidos e gel, caldos em pó e cubo, temperos em pasta, temperos para arroz e demais temperos).

O balanço, considerando os três primeiros Termos de Compromisso já monitorados, estima a **retirada de, pelo menos, 14.893 toneladas de sódio dos alimentos industrializados.**

A entidade continuou trabalhando com o Ministério da Saúde na repactuação de metas referentes às categorias inseridas no 1º Termo de Compromisso: macarrão instantâneo, pão de forma e bisnaguinha.

**Redução de açúcar:** Durante o ano de 2016, a ABIA intensificou os trabalhos com o Ministério da Saúde e entidades parceiras (VIVALÁCTEOS, ABIMAPI e ABIR) na construção de um cronograma de trabalho para a redução voluntária do açúcar nos alimentos processados pelas indústrias, tendo como base o formato e experiência obtida no processo de redução voluntária do sódio, entretanto, considerando as peculiaridades que envolvem o nutriente em questão.

Importante ressaltar que, de acordo com a pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 19,2% do total de açúcar ingerido pelos consumidores tem origem nos alimentos processados, enquanto que o restante vem do chamado açúcar domiciliar, aquele que é adicionado no preparo das refeições, dos alimentos in natura e dos açúcares intrínsecos.

**Gorduras trans:** A convite da ANVISA, a ABIA participou de audiência pública sobre gorduras trans, apresentando um “Panorama da produção e uso de gordura parcialmente hidrogenada e suas alternativas tecnológicas em alimentos industrializados no Brasil”. A ANVISA ainda não apresentou direcionamentos complementares sobre esse tema.

## ROTULAGEM

**Rotulagem nutricional:** depois de dois anos foram finalizados os trabalhos do GT da ANVISA sobre rotulagem nutricional.

A ABIA foi uma das três entidades do setor privado convidada a participar deste grupo, tendo conduzido trabalho de alinhamento junto à outras associações e de construção de posicionamento com os associados, resultando, inclusive, na elaboração de proposta prévia de rotulagem do setor enviada para a ANVISA.

Para otimização dos trabalhos internos, foram instituídos, em uma determinada etapa das discussões sobre o tema, três Grupos de Trabalho: perfil nutricional alternativo, revisão de porções e critérios para rotulagem suplementar.

Para 2017, o tema permanecerá como sendo de grande relevância, inclusive considerando as deliberações da Diretoria Executiva da ABIA para um direcionamento estratégico e alinhamento técnico da pauta de rotulagem nutricional.

**Rotulagem de alergênicos:** Apesar do intenso trabalho da ABIA junto à ANVISA, a Agência deliberou a manutenção do prazo de 12 meses para adequação à normativa. Para tanto, foi pontuada pela Agência a existência de soluções transitórias, para o melhor aproveitamento dos estoques de embalagens e

## CONSUMO DE AÇÚCAR NO BRASIL

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a população consuma, no máximo, 50g diárias de açúcar, ou 18,25kg em um ano.

**O BRASILEIRO VAI ALÉM:** são 30,05 kg por pessoa por ano\*

A maior parte deste consumo vem do açúcar adicionado, no preparo dos alimentos dentro de casa\*\*.



## CONSUMO REGIONAL

Ao analisarmos os números acima divididos por região, identificamos que mesmo em locais onde menos se consome o nutriente, como na região Norte do Brasil, o consumo de açúcar adicionado dentro de casa ainda é o mais representativo.



minimização de perdas financeiras, atendendo à legislação dentro do prazo estabelecido, por meio da aplicação da informação com etiquetas adesivas e impressão por ink-jet etc (com base no item 2.1 da RDC nº 259/02).<sup>1</sup>

## Declaração de lactose nos rótulos dos alimentos:

A publicação da Lei 13.305/2016 que dispõe sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose estipulou o prazo de 180 dias para a regulamentação do tema por parte da ANVISA.

Duas consultas públicas foram realizadas, para as quais a ABIA enviou posicionamentos. A previsão era o tema seguir para deliberação da DICOL ainda em janeiro de 2017.

**Rotulagem de glúten - PL 1516/2015:** a ABIA atuou junto à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS) pela rejeição e pela remessa do tema para que fosse disciplinado pela ANVISA. Além de haver acompanhado a contratação de parecer técnico para instruir as defesas dos associados em ações judiciais.



#### Rotulagem OGM:

No legislativo a entidade atuou pela:

- **Aprovação** do PLC 34, 2015, (CD nº 4.148/2008).
- **Rejeição** do PL 4908/16 – Comissão de Defesa do Consumidor
- **Rejeição** do PL 1043/2015 – Estado de São Paulo
- **Rejeição** do PL 1622/2015 – Município do Rio de Janeiro
- **Aprovação** no Senado Federal do PLC 34/2015 (CD nº 4.148/2008)

Junto ao judiciário, o Dr. Nelson Nery Jr. foi contratado para atuação no TRF e STF reforçando os argumentos da Ação Civil Pública, em sede de recursos especial e extraordinário e Reclamação Constitucional.

#### 2. DEFINIÇÕES

2.1. Rotulagem: É toda inscrição, legenda, imagem ou toda matéria descritiva ou gráfica, escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo ou litografada ou colada sobre a embalagem do alimento.

**Rotulagem cacau e chocolate – PL 851/2011:** A entidade atuou junto ao Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) com o objetivo de apresentar proposta de aperfeiçoamento do Substitutivo. A convite desta Comissão, realizou

apresentação em audiência pública, argumentando pelo fortalecimento da ANVISA enquanto órgão regulador responsável pela disciplina da matéria.

#### PUBLICIDADE INFANTIL

Apesar da atuação da ABIA, a Lei Nº 13.582 de 14 de setembro de 2016 sofreu sanção tácita no estado da Bahia.

Foi discutida, com os associados e outros parceiros, a possibilidade de ajuizamento de medida judicial para afastar os efeitos da Lei baiana. A ABERT ingressou com ADIN e a ABIA avalia o ingresso como “amicus curiae”.

#### POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)

Os principais desafios durante o ano de 2016 foram a manutenção da mobilização e a continuidade dos projetos.

A ABIA, como uma das principais representações dentro da Coalizão, manteve-se atenta a toda a movimentação, reportando-as aos seus associados, endereçando e esclarecendo dúvidas. Da mesma forma, manteve sua participação ativa nos Comitês Jurídico e Técnico da Coalizão, bem como nas Assembleias Gerais. Manteve ainda interlocução com a ANCAT/MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis),

interveniente no Acordo e parceiro estratégico da Coalizão, com vistas a facilitar os contatos dos associados da ABIA com a ANCAT/MNCR.

Participou ainda do GT que retomou os trabalhos de desenvolvimento do Termo de Cooperação da Coalizão (documento interno, com as regras de governança entre as entidades e empresas integrantes).

A Coalizão trabalhou intensamente para a construção de defesa alinhada e demonstração de unicidade perante a Ação Civil Pública em trâmite na Justiça Federal de São Paulo, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e Ministério Público Federal. No âmbito da ACP já foram realizadas duas audiências públicas.

O trabalho está em andamento, e a liminar pleiteada pelo MP/MPF pende de apreciação pelo Juízo. A ABIA também acompanha ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, que foi extinta sem julgamento de mérito pelo Juízo Federal da Primeira Região, ainda não transitada em julgado.

Para 2017 esse será uma das principais pautas de atuação da entidade, com destaque para:

- Continuidade da ACP.
- Desafio de mobilização.
- Aprovação de Termo de Cooperação.
- Atingimento de metas da Fase1.
- Renegociação com o MMA.
- Desenvolvimento de sistema de monitoramento.

#### HARMONIZAÇÃO REGULATÓRIA

**CODEX- ALIMENTARIUS:** foi dada continuidade à estratégia iniciada em 2015, de estratificar e classificar o acompanhamento dos trabalhos dos diversos Comitês do Codex Alimentarius (GT's: prioritários, não prioritários com consultor técnico e não prioritários sem consultor técnico). A metodologia de trabalho estipulada consiste em:

- Balanço anual sobre os temas tratados;
- Revisão da representação da entidade no âmbito de cada um dos Comitês;
- Consenso para nomeação de novos consultores técnicos que representarão a entidade em comitês específicos.
- Clara definição das responsabilidades do consultor técnico.

**MERCOSUL:** Foram realizadas apenas duas reuniões em 2016. As tensões intrabloco foram potencializadas com a presidência rotativa da Venezuela (internalização de normas até 2016 x suspensão).

Há expectativa de que a Argentina assumira a Presidência do bloco e que as reuniões sejam retomadas. O compasso da tomada de decisão no âmbito do MERCOSUL impacta diversos temas em revisão no bloco:

- Regulamento técnico que trata da rotulagem geral de alimentos embalados.
- Regulamento técnico de leite em pó.



- Regulamentos técnicos do INMETRO (critérios de verificação do conteúdo líquido de produtos pré-medidos - Portaria 248/08 e determinação e padronização do conteúdo líquido dos produtos pré-medidos - Portaria 153/08).

#### TRABALHO AOS DOMINGOS

Essa pauta é presente na atuação da entidade há alguns anos. O ano de 2016 trouxe o bom desenvolvimento do tema e a demanda para inclusão de algumas atividades do setor de alimentos no Decreto nº 27.048/49, que resultou na Nota Técnica nº 188/2016/DEFIT/SIT/MTb (deferimento para inclusão da atividade de processamento de hortaliças, legumes e frutas).

A perspectiva para 2017 é o desenvolvimento positivo do tema, com a inclusão de outras atividades que já têm autorização provisória para trabalho aos domingos.

#### OUTROS

**Alimentos integrais:** A ABIA, juntamente com outras entidades representativas do setor produtivo (ABIMAPI e ABITRIGO), da sociedade civil (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC e PROTESTE), do executivo (MS e MAPA), da academia (nutrição e ciência e tecnologia de alimentos) e de laboratórios credenciados, participou de reuniões convocadas pela ANVISA.

Provocada por Inquérito Civil Público do MP, a ANVISA recomendou a inclusão, na Agenda Regulatória Biênio 2015/2016, da Revisão da RDC nº 263/05, que dispõe sobre produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos; a determinação de metodologia oficial para classificação de produtos à base de cereais integrais e estabelecimento de critérios quanti ou qualitativos para que o produto possa ser considerado integral.

Após extenso trabalho de sensibilização conduzido pela Associação, a ANVISA concluiu ser necessário um melhor entendimento da realidade produtiva e aprofundamento da discussão técnico-científica. Para tanto, foi acordado para 2017 a realização de visitas técnicas a unidades fabris e a realização de workshop com especialistas, nacionais e internacionais, para esclarecer dúvidas em relação ao tema.

**Atomatados - RDC 14/14 X Recall:** Diante das notificações de recall para produtos de tomate envolvendo algumas empresas associadas, a ABIA, em alinhamento com os associados e com suporte de consultores externos, encaminhou três pleitos aos diretores da ANVISA (Jarbas Barbosa da Silva Júnior, José Carlos Moutinho e Fernando Mendes Garcia Neto).

Realizou duas reuniões presenciais com servidores da ANVISA (equipe da GIALI e diretor José Carlos Moutinho), além de uma reunião com a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON - Coordenação-Geral de



Consultoria Técnica e Sanções Administrativas). Até o final de 2016 a ANVISA ainda não havia se manifestado formalmente e o tema se manterá como alvo de gestões da entidade em 2017.

**Microbiologia - Revisão RDC 12/01:** A ABIA participou das discussões do Grupo de Trabalho constituído pela ANVISA com especialistas em microbiologia de alimentos com o objetivo de revisar a RDC 12/01 que trata do Regulamento Técnico sobre Padrões Microbiológicos para Alimentos. Paralelamente conduziu reuniões com os associados para reunir subsídios para as discussões.

O Grupo trabalhou inicialmente em uma proposta mais ampla, que trata do âmbito de aplicação, critérios e definições. Vencidos os temas gerais, passou-se a abordar os critérios específicos por categoria de alimentos, cujas discussões ainda seguirão em 2017.

O resultado das discussões com a proposta de norma deverá ser colocado em Consulta Pública em 2017, quando será aberta nova oportunidade para contribuições.

A entidade analisou diversas normativas, articulou posicionamentos junto às empresas associadas, formalizou pleitos e participou de reuniões sobre diversos temas com o Ministério da Saúde e a ANVISA:

- Agenda regulatória 2015/2016;

- Fortificação de farinhas de trigo e milho;
- Alimentos enterais;
- Alimentos funcionais;
- Chás (metais pesados, microscopia e inclusão de novas espécies);
- Contaminantes (cobre e cromo em alimentos e bebidas).





# ARTICULAÇÃO

## EXECUTIVO

Ao longo de 2016, a articulação junto ao executivo foi impactada por mudanças no primeiro escalão. Desde sua posse como interino até o final de 2016, o presidente Michel Temer perdeu seis ministros, sendo três deles em episódios relacionados à Operação Lava Jato.

Na esfera do executivo, a ABIA foi representada em reuniões, seminários e demais eventos no Ministério da Saúde (MS); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); ANVISA; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), INMETRO e Casa Civil da Presidência da República.

### MINISTÉRIO DA SAÚDE E ANVISA:

Principais temas trabalhados:

*Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e a ABIA: Redução voluntária de sódio e açúcar. (página 19)*

*Rotulagem: nutricional, geral, alergênicos, declaração de lactose: (página 19)*

*Portaria nº 1.274/16: A ABIA apresentou, em reunião com a coordenadora de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Michele Lessa, suas considerações sobre o impacto para a indústria da alimentação, das ações previstas no escopo da referida Portaria de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos Ambientes de Trabalho, a serem adotadas como referência nas ações de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho no âmbito do Ministério da Saúde e entidades vinculadas.*

### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**Plano Agro + Desburocratização:** Reunião de trabalho para identificação de gargalos pelo setor produtivo; cerimônia de lançamento do Plano; e assinatura de parceria ente a Frente Parlamentar de Desburocratização e MAPA.

### MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

*Acesso ao patrimônio genético: Reunião com Secretário-Executivo Carlos Klink para discussão sobre a Regulamentação da Lei nº 13.123/15, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético.*

*Política Nacional de Resíduos Sólidos: (página 20)*

### MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

*Agrotóxicos nos produtos alimentares - Lei Paraíba: Reunião com o então Secretário Executivo, Fernando Furlan, para discussão da Lei nº 10.541/15, que “determina a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares comercializados no Estado da Paraíba”.*

*Redução da alíquota de importação do óleo refinado de palma: Reunião com o Secretário de Comércio Exterior e Diretor de Negociações Internacionais do MDIC, Abrão Miguel Árabe Neto.*

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

*Rotulagem de OGM / Publicidade de Alimentos / Matérias estranhas encontradas em lote do produto extrato de tomate: Reunião com Armando Rovai, Secretário da SENACON; André Luiz Lopes, diretor do DPDC/SENACON/MJ; e Kleber José Trinta Moreira e Lopes, coordenador geral do DPDC/SENACON/MJ.*

*Detecção de matérias estranhas acima do limite de tolerância, ausência de risco e recolhimento (recall): Reunião com Kleber José Trinta Moreira e Lopes, coordenador geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas.*

*Participação em eventos: Lançamento do Portal de Defesa do Consumidor e da Pesquisa intitulada “Publicidade Infantil em Tempos de Convergência” e “Projeto de Proteção de Dados do Consumidor em Economias Emergentes”.*



## LEGISLATIVO

O trabalho realizado junto ao legislativo nacional foi conduzido pelo Departamento Jurídico da ABIA, com o apoio da Foco Assessoria e Consultoria. O processo de elaboração de políticas públicas, que afetam direta ou indiretamente a competitividade e a capacidade das empresas desenvolverem seus negócios em um ambiente político e legal estável, permitindo atuação na defesa de interesses legítimos das empresas associadas, foi acompanhado de forma sistemática.

O ano de 2016 teve sua produção legislativa impactada pela grande turbulência política que concentrou as atenções dos congressistas. O impeachment presidencial, a cassação do mandato de Eduardo Cunha, a Operação Lava Jato e as medidas do novo Governo – apresentadas notadamente por meio de Medidas Provisórias –, além da realização das eleições municipais – que ensejaram significativa redução das atividades legislativas de julho a outubro.

Merece destaque a articulação da entidade com as seguintes Frentes Parlamentares:

- Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional.

- Frente Parlamentar de Desburocratização.
- Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético – apresentação da pesquisa “Consumo equilibrado – uma nova percepção sobre o açúcar”.
- Frente Parlamentar Ambientalista – discussão dos seis anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010).
- Frente Parlamentar da Agropecuária.

Bem como o trabalho junto às Comissões Especiais abaixo elencadas:

- Comissão Especial do Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas.
- Comissão Especial sobre a Lei de Proteção de Cultivares.
- Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG.
- Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).
- Comissão Especial da Reforma Tributária (CETRIBUT).

A presença e a participação de representantes da entidade foi solicitada em diversas audiências públicas, com destaque para:

- Restrições em publicidade e propaganda. Debate sobre o PL 702/11, que proíbe a veiculação de propaganda direcionada ao público infantil nos canais de televisão aberta e por assinatura no período das 7 às 22 horas.
- Combate ao desperdício de alimentos – Instrução dos PLS 672, 675 e 738/15.
- Transparência e o funcionamento das agências reguladoras federais.
- Acidentes de trabalho no Brasil, com foco na competência para julgar ações previdenciárias relativas a acidentes de trabalho.
- Apresentação das diretrizes e programas prioritários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do governo do presidente Michel Temer.
- Implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida (INDC), políticas públicas e legislação correlatas.
- Ações do Governo para implementação da Política Integrada pela Primeira Infância.
- 26 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o papel do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).
- Debate com o ministro Ricardo Barros sobre assuntos relacionados ao Ministério da Saúde.
- Debate com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para prestar esclarecimentos sobre a continuidade das políticas públicas até então em andamento, a retirada de competências relativas à

previdência social de sua pasta e expor a respeito do plano de trabalho em relação às competências e atividades atuais do Ministério.

- Debate sobre a aprovação de Alegações Funcionais para Alimentos pela ANVISA.
- Debate sobre as políticas públicas voltadas para os portadores de doença celíaca.
- A necessidade de reinspeção de pescado importado em indústria registrada no Serviço de Inspeção Federal.

Principais temas constantes de proposições legislativas que tiveram acompanhamento e atuação pela entidade em 2016:

### Rotulagem

#### Rotulagem de produtos de origem animal

**PL 3479/04**, do deputado Leonardo Mattos (PV/MG) – obriga a informação nas embalagens e rótulos de alimentos que contenham produtos ou substâncias de origem animal ou seus derivados em sua composição.

#### Rotulagem sobre Cacau

**PL 851/11**, do deputado Geraldo Simões (PT/BA) – dispõe sobre a incorporação do cacau como matéria-prima nos produtos que especifica, determinando percentuais mínimos de cacau nos chocolates.

#### Rotulagem sobre Pescados

**PL 3988/12**, do deputado Celso Maldaner (PMDB/SC) – obriga a informação, nos rótulos das embalagens de pescado congelado glaciado comercializado no Brasil, do peso líquido e do peso desglaciado do produto.





#### Rotulagem de Bebidas Energéticas

**PL 46/15**, do deputado Sergio Vidigal (PDT/ES) – obriga as empresas fabricantes de bebidas energéticas a inserir nos rótulos e embalagens a informação “A mistura com bebida alcoólica pode causar doenças do fígado”.

#### Rotulagem sobre Agrotóxicos

**PL 461/15**, do deputado Padre João (PT/MG) - dispõe sobre agrotóxicos, fazendo incluir nos rótulos dos produtos imagens realistas sobre prejuízos à saúde humana causados pelos pesticidas.

#### Rotulagem sobre uso de água na produção dos produtos

**PL 5290/16**, do deputado João Derly (REDE/RS) - torna obrigatória a declaração de emprego de água nas embalagens e rótulos de produtos alimentícios.

#### Rotulagem sobre teores dos nutrientes

**PL 5522/16**, do deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP) – torna obrigatória, na rotulagem de alimentos industrializados, a exposição clara e destacada da quantidade de carboidratos, sal, açúcar e gordura utilizados em sua formulação.

#### Padronização sobre a rotulagem de sal

**PL 5970/16**, do deputado Beto Rosado (PP/RN) – dispõe sobre a padronização da informação na embalagem sobre o peso do sal iodado, fino e grosso, para consumo humano, e dá outras providências.

#### Rotulagem sobre Glúten

**PL 1516/15**, do deputado Hiran Gonçalves (PMN/RR) – obriga que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, para que as inscrições “contém glúten” ou “não contém glúten” sejam feitas, necessariamente, na parte da frente da embalagem ou rótulo.

#### Informações uniformizadas sobre quantidades nos rótulos de produtos

**PL 1308/15**, do deputado Fabiano Horta (PT/RJ) - Dispõe sobre informações a serem uniformizadas relativas às quantidades constantes nos rótulos de embalagens de produtos manufaturados, como quilograma, litro e metro, e o preço de venda equivalente por unidade inteira da respectiva medida que consta como fracionada na embalagem.

#### Rotulagem de OGM

**PLC 34/15 (PL 4148/08)**, do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) – estabelece que os rótulos das embalagens de alimentos transgênicos deverão informar ao consumidor a natureza transgênica do alimento quando esta se der em porcentagem superior a 1% da composição total do produto alimentício.

#### Rotulagem sobre Cacau

**PLS 93/15**, da senadora Lídice da Mata (PSB/BA) – estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos.

#### Bebidas açucaradas

**PLS 8/15**, do senador José Medeiros (PSD/MT) - determina que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios do consumo abusivo dessas bebidas.

#### Rotulagem sobre Lactose

**PLS 260/13(PL 8194/14/ SCD 1/16)**, do senador Paulo Bauer (PSDB/SC) - institui normas básicas sobre

alimentos, para determinar que os alimentos que contenham lactose indiquem, em rótulo, o teor dessa substância – Lei nº 13.305, de 4 de julho de 2016.

#### Informação sobre Prazo de Validade

**PL 2415/15**, do deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) – dispõe sobre informações relativas ao prazo de validade dos produtos oferecidos aos consumidores, para que estas constem ao lado dos códigos de barras constantes das embalagens dos produtos.

#### Doação de Alimentos

**PLS 738/15**, do senador Jorge Viana (PT/AC) – estabelece a obrigatoriedade da presença de duas datas de validade (venda ao consumidor final/consumo seguro); e estabelece multas para o descarte de produtos ainda próprios para o consumo.

#### Altos Teores

#### Teores de dióxido de enxofre em açúcar

**PL 3733/15**, do deputado Pedro Cunha Lima (PSDB/PB) – dispõe sobre teores máximos de dióxido de enxofre residual em açúcar, estabelece normas aplicáveis a operações de crédito industrial ou agroindustrial, e dá outras providências.



### *Proibição da gordura trans*

**PLS 181/07**, do senador Paulo Paim (PT/RS) – veda a produção da matéria-prima alimentar proveniente do processo de hidrogenação da gordura vegetal, transformando-a em gordura trans.

### *Fixação de limites nos teores de sódio*

**PLS 495/07**, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) – institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que a autoridade sanitária competente fixará limite máximo de teor de sódio para os produtos alimentícios adicionados de sal.

### *Fixação de limites nos teores de gorduras e açúcares*

**PLS 106/11**, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) – institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que a autoridade sanitária fixará limite máximo de teor de gorduras trans, saturadas e açúcares nos alimentos processados.

## **Publicidade**

### *Publicidade de Alimentos*

**PL 1637/07**, do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT) – obriga a inclusão de mensagens de advertência de cunho sanitário; veiculação na mídia televisiva e eletrônica restrita ao horário das 21 às 6 horas; proibição

de informar ou sugerir, por qualquer meio, qualidades nutricionais ou benefícios à saúde que não correspondam à realidade do produto, entre outras medidas.

### *Publicidade de Bebidas Açucaradas*

**PL 4910/16**, do deputado Alfredo Nascimento (PR/AM) – dispõe sobre a propaganda de bebidas açucaradas.

## **Cantinas Escolares**

### *Proibição de Refrigerantes nas Cantinas Escolares*

**PL 1755/07**, do deputado Fábio Ramalho (PV/MG) – proíbe a venda de refrigerantes nas escolas de educação básica públicas e privadas.

### *Obrigatoriedade de disponibilizar carne suína nas escolas*

**PL 4195/12**, do deputado Afonso Hamm (PP/RS) – torna a carne suína obrigatória nos cardápios das refeições fornecidas pelo programa de alimentação escolar nas escolas.

### *Estatuto das Pessoas com Obesidade*

**PL 4328/16**, do deputado Laura Carneiro (PMDB/RJ) – “Institui o Estatuto das Pessoas com Obesidade”, que, entre outros aspectos, prevê um capítulo sobre alimentação, dispondo que seja assegurada a alimentação saudável no ambiente escolar e hospitalar.



## **Transporte de Cargas**

### *Contratos de Seguro no Transporte de Cargas*

**PL 2080/15**, do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) – estabelece que a obrigatoriedade de contratação do seguro no transporte rodoviário de cargas é exclusiva da transportadora.

### *Transporte rodoviário de cargas*

**PL 4860/16**, da deputada Christiane de Souza Yared (PR/PR) – institui normas para regulação do transporte rodoviário de cargas em território nacional.

### *Contratação de Seguro de Carga*

**PDS 386/15**, do senador Paulo Bauer (PSDB/SC) – desobriga o transportador de contratar o seguro de Responsabilidade Civil de Transporte Rodoviário de Carga RCTR-C, independentemente de o embarcador já ter firmado o seguro de Transporte Nacional com cláusula de dispensa de direito de regresso (seguro TN com cláusula DDR).

## **Contratos**

### *Contratos de Distribuição*

**PL 7477/14**, do deputado Antonio Balhmann (PROS/

CE) – dispõe sobre a relação de revenda e distribuição entre fornecedores e distribuidores de produtos industrializados e dá outras providências.

### *Código Comercial*

**PL 1572/11**, do deputado Vicente Candido (PT/SP) – “Institui o Código Comercial”, disciplinando, no âmbito do direito privado, a organização e a exploração da empresa.

## **Economia**

### *Uniformização do ICMS para a cesta básica nacional*

**PEC 155/15**, da senadora Ana Amélia (PP/RS) – altera o art. 155 da Constituição Federal para possibilitar que os estados e o Distrito Federal, em deliberação conjunta, uniformizem as alíquotas do ICMS sobre os produtos que compõem a cesta básica nacional.

### *Medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal*

**PLC 54/16 (PLP 257/16)**, do Poder Executivo – estabelece o Plano de Auxílio aos estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal (vedação de edição de novos benefícios fiscais pelos estados como contrapartida ao refinanciamento das dívidas com a União).

### Medidas para exportação

**MPV 701/15** – Seguro de Crédito à Exportação, Fundo de Garantia à Exportação e Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.

**MPV 720/16** – Fomenta as exportações do país

**MPV 725/16** – Elevação do financiamento do agronegócio

**MPV 727/16** – Programa de Parcerias de Investimentos – PP

### Outros

#### Bebida energética

**PL 455/15**, do deputado Rômulo Gouveia - proíbe a venda, a oferta, e o consumo de bebida energética, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade.

#### Educação Nutricional e Segurança Alimentar

**PL 1234/07**, do deputado Eduardo Gomes (PSDB/TO) – estabelece princípios e diretrizes para as ações voltadas para a educação nutricional e segurança alimentar e nutricional da população.

#### Marco Legal da Primeira Infância

**PLC 14/15 (PL 6998/13)** do deputado Osmar Terra

(PMDB/RS) e outros – dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância.

No âmbito do legislativo estadual merece destaque a atuação da entidade pela rejeição:

- **PL 1449/2015** -SP- pedido de rejeição - ofício endereçado ao deputado Carlos Bezerra Ju, presidente na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da participação e das questões sociais. Também ao presidente na Comissão de Justiça e Redação – CJR e Comissão de Defesa dos Direitos.
- **PL 44/2015** – RS – ofício enviado ao deputado João Fischer, relator na CCJ.
- **PL 1604/2015** – MG – ofício encaminhado ao relator do PL na CDCC, o deputado Elismar Prado.
- **PL 104/2016-CE** – ofício endereçado ao presidente da CCJ, o deputado Antonio Granja.
- **PL 21.317/2015** – BA – ofício endereçado ao relator



do PL na CCJ, deputado Zé Raimundo.

- **PL 1375/15** – SP (Dispõe sobre a proibição de fabricação e comercialização de gordura hidrogenada e de produtos alimentícios que a utilizam em sua composição no estado).

## INSTITUCIONAL

Em prol da construção de uma agenda positiva para o setor a ABIA buscou aproximação institucional com diversos parceiros, com destaque para:

#### CNI - Confederação Nacional da Indústria

- Participação nos Conselhos Temáticos
- Construção da Agenda Legislativa da Indústria para 2016
- Alinhamento em temas técnicos

#### FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Articulação junto à ANVISA, Ministério da Saúde, outras entidades e sindicatos da indústria da alimentação e Presidência da República.

#### ITAL - Instituto de Tecnologia de Alimentos

A ABIA participou do Comitê Técnico Científico do Brasil Processed Food 2020. Bem como apoiou o lançamento e a divulgação da plataforma [www.alimentosprocessados.com.br](http://www.alimentosprocessados.com.br).

#### ALAIAB – Alianza Latinoamericana de la Industria de Alimentos y Bebidas

A entidade participou das reuniões semestrais realizadas em Brasília (de 30 e 31 de março de 2016) e na Costa Rica (nos dias 27 e 28 de outubro de 2016). Destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas:

- Discussão e aprovação do novo estatuto da ALAIAB.
- Discussão e definições relativas à criação de personalidade jurídica.
- Eleição de novo Conselho Diretivo.
- Proposta de trabalho e conformação de GTs por parte do CCE – Conselho Consultivo Empresarial.

Foram realizados contatos ainda com a SBAN- Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição e o ILSI- International Life Sciences Institute do Brasil, entre outros.





## REPRESENTAÇÕES

Em 2016 a ABIA representou as indústrias da alimentação como membro em diversas comissões, conselhos e grupos técnicos do setor público e do setor privado, mantendo dessa forma uma agenda de trabalho construtiva e um canal de comunicação ativo com os principais *stakeholders*.

### **Câmaras e Comissões com Participação da ABIA:**

Câmara Americana de Comércio Brasil – Estados Unidos (Amcham)

Câmara Ambiental da Indústria Paulista / FIESP

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo / MAPA

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau / MAPA

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados / MAPA

Câmara Setorial de Alimentos / ANVISA

Câmara Setorial da Fruticultura / MAPA

Câmara Setorial de Leite / MAPA

Câmara de Óleo de Palma

Câmara Setorial de Amendoim-Sec. de Agricultura e Abastecimento SP – (CODEAGRO)

Câmara Setorial de Pescados do Estado de São Paulo / CODEAGRO / SAASP

Câmara Setorial de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados / ANVISA

Câmara Setorial de Propaganda / ANVISA

Câmara Setorial da Carne Bovina/ MAPA

Câmara Setorial do Pescado – Sec. de Agricultura e Abastecimento - SP

Câmara Setorial dos Prod. da Sóciobiodiversidade e da Agricultura Familiar

Codex Committee on Contaminants in Foods (CCCF)

Codex Committee on Fats and Oils (CCFO)

Codex Committee on Food Additives (CCFA) / ANVISA

Codex Committee on Food Hygiene (CCFH)

Codex Committee on Food Import and Export Inspection and Certification Systems (CCFICS)

Codex Committee on Food Labeling (CCFL)

Codex Committee on General Principles (CCGP)

Codex Committee on Methods of Analysis and Sampling (CCMAS)

Codex Committee on Nutrition and Foods for Special Dietary Uses (CCNFSDU)

Codex Committee on Pesticide Residues (CCPR)

Codex Committee on Processed Fruits and Vegetables (CCPFV)

Codex Committee on Residues of Veterinary Drugs in Foods (CCRVDF)

Comissão de Assuntos Tributários e Fiscais / CNI

Comissão de Metrologia / INMETRO

Comissão Inter setorial de Alimentação e Nutrição (Cian) / CNS

Comitê Assessor Externo / EMBRAPA

Comitê Brasileiro para o AIAF – Ano Intel. da Agricultura Familiar / MDA

Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC) do Conmetro

Comitê da Cadeia Produtiva da Pesca e da Aquicultura (COMPESCA) / FIESP

Comitê do Codex Alimentarius do Brasil (CCAB) / INMETRO

Comitê Nacional da Classificação das Atividades Econômicas

Comitê Técnico de Metrologia / INMETRO

Conselho de Assuntos Legislativos / CNI

Conselho da Média e Pequena Empresa (Compem) / CNI

Conselho Nacional de Saúde (CNS) / MS

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

Conselho Setorial da Agroindústria do Plano Brasil Maior

Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da CNI (COPEM)

Conselho Temático de Meio Ambiente / CNI

Conselho Temático Permanente das Relações do Trabalho / CNI

Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social (CORES) / CNI

Coordenação Geral de Estatística do Trabalho / SPPE-TEM

Grupo de Trabalho de Alimentos para Nutrição Enteral / ANVISA

Grupo de Trabalho de Fortificação de Farinhas / ANVISA

Grupo de Trabalho Importação Suplementos Alimentares / ANVISA

Grupo de Trabalho – Revisão da RDC nº 175 / ANVISA

Grupo de Trabalho sobre Alegações Funcionais / ANVISA

Grupo de Trabalho de Rotulagem Nutricional/ANVISA

Grupo de Trabalho Temático de Embalagens / MMA

Grupo Técnico de Comércio e Logística / MDIC

Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF)

Núcleo de Acompanhamento Legislativo FIESP

Rede de Biodiversidade / CNI

Rede de Entidade dos Setores Produtivos / IPEA

SGT-3 MERCOSUL / MAPA



# EVENTOS

## Workshop sobre eficiência energética

A ABIA, em parceria com o SENAI-SP e a Ricerca (estruturadora e gestora de projetos e negócios inovadores) apresentaram para as indústrias da alimentação uma visão atualizada sobre a questão energética no Brasil.

No encontro, realizado em 11 de agosto de 2016, na sede da ABIA, foram abordados temas como: o mercado livre de energia, a auditoria energética, as linhas de financiamento e fomentos, além de *cases* com aplicações práticas em plantas industriais.

Participaram do evento aproximadamente 20 indústrias com profissionais responsáveis técnicos e/ou financeiros pelas faturas de energia e gestores da área.

## Reunião ANVISA - Gerência-Geral de Alimentos

A ABIA recebeu, em 12 de agosto de 2016, a Dra. Thalita Antony de Souza Lima, gerente geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que durante o encontro apresentou o andamento da reestruturação da ANVISA, com destaque para estrutura da GGALI; os objetivos da nova gestão da GGALI; as principais atividades já realizadas e as perspectivas futuras.

No encontro, realizado na sede da FIESP, os participantes tiveram a oportunidade de aprimorar a relação de trabalho com a ANVISA, com o objetivo de explorar ações e encaminhamentos de parceria na melhoria de processos, capacitação do corpo técnico, esclarecimentos de questões técnicas, entre outros:



## 4º Fórum Brasileiro da Indústria de Alimentos

A ABIA apoiou a realização do 4º Fórum Brasileiro da Indústria de Alimentos, no dia 17 de junho de 2016, em Goiânia.

O encontro reuniu cerca de 200 empresários, especialistas e representantes de diversos elos da cadeia da alimentação. Participaram ativamente dos debates o governador de Goiás - Marconi Perillo; o ex-embaixador do Brasil na China, Valdemar Carneiro Leão; o ex-ministro da Agricultura - Roberto Rodrigues; o ex-ministro Luiz Fernando Furlan e o ex-ministro da Agricultura e presidente da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), Francisco Turra. O Dr. Edmundo Klotz representou a ABIA, ressaltando seu otimismo em relação ao desempenho do setor.



### 9º Congresso Internacional de Food Service ABIA 2016

No dia 21 de setembro de 2016, em São Paulo, foi realizada a 9ª edição do Congresso Internacional de Food Service. Mais de 550 profissionais e estudantes participaram de palestras ministradas por especialistas nacionais e internacionais sobre as oportunidades de cooperação na cadeia operacional, inovação e liderança nas empresas e as perspectivas de desenvolvimento do segmento no atual cenário econômico.



“O mercado de food service cresceu 8,5% em 2015 e aumentou seu faturamento em R\$ 132 bilhões. Somando a isso, no começo de 2016, a venda da indústria para esse setor teve aumento de 7,5% em relação ao ano anterior. Vivenciamos um período de crescimento e as perspectivas são muito positivas nos próximos meses”, disse o presidente da ABIA, Edmundo Klotz, na abertura do evento.

O principal desafio do setor, de acordo com os palestrantes, é observar as tendências e inovar para não perder espaço no mercado de food service e atrair mais clientes mesmo em um cenário de recessão econômica.

### Lançamento da Plataforma Alimentos Processados

Em parceria com o ITAL (Instituto Tecnologia de Alimentos) foi realizado, em 10 de novembro de 2016, um evento para apresentação da plataforma científica, que servirá como base de informações sobre ciência e tecnologia de alimentos processados pela indústria.

Todo o conteúdo foi desenvolvido pela Plataforma de Inovação Tecnológica do ITAL e revisado por um comitê técnico-científico formado por pesquisadores, professores e profissionais do setor.

Diversos mitos e fatos envolvendo alimentos processados foram debatidos com especialistas de importantes instituições acadêmicas, científicas e tecnológicas representativas do setor de alimentos e bebidas.

“Apenas por meio de processos de transformação industrial é possível preservar o alimento *in natura* por um maior período de tempo, garantindo acesso à alimentação segura, de qualidade, variada e em quantidades suficientes para a população mundial”, comentou o Presidente da ABIA – Edmundo Klotz.

O encontro contou com a presença de mais de 80 pessoas e foi realizado na sede da FIESP.



## ESTUDOS & PUBLICAÇÕES

Em 2016, o Departamento de Economia, Estatística e Planejamento – DECON manteve o apoio técnico aos associados nas áreas fiscal, tarifária, econômica e estatística, através da elaboração de relatórios, estudos, análises, *papers* e apresentações.

Além da Pesquisa Conjuntural ABIA, que acumula um patrimônio de quase 30 anos de acompanhamento mensal do desempenho do setor junto às empresas associadas, o DECON desenvolve regularmente os seguintes estudos:

- Pesquisa Food Service - O Mercado de Food Service no Brasil.
- Investimentos na Indústria da Alimentação; Fusões e Aquisições no Setor.
- Estudo e Atualização de Mercados Setoriais e de Produtos.
- Acompanhamento de Preços de Alimentos FOB Indústria e FIPE.
- Acompanhamento de Preços de Matérias Primas da Indústria.
- Acompanhamento das Exportações e Importações de Alimentos por item tarifário.

Internamente, diversos estudos e apresentações foram elaboradas como suporte para reuniões, encontros e negociações com atores do poder público e privado, de âmbito nacional e internacional.



# COMUNICAÇÃO

**Comissão de Comunicação:** Atendendo à demanda dos associados foi criada em 2016 a Comissão de Comunicação da ABIA. Formada por especialistas em comunicação, tem como objetivo auxiliar o setor na construção de uma agenda positiva para a indústria de alimentos, enfatizando seu papel como um dos agentes protagonistas na promoção da saúde, nutrição e economia do País.

**Pesquisa de Percepção:** Visando conhecer a percepção e demandas dos associados em relação à ABIA, foi realizada pesquisa *on-line* no período de setembro a outubro de 2016, que contou com 61% de retorno dos entrevistados.

**ABIA na mídia:** Os temas de principal destaque na cobertura da imprensa para a indústria de alimentos em 2016 foram:

## • Saudabilidade

A divulgação dos resultados do acordo com o Ministério da Saúde para a redução de sódio colocou a ABIA em destaque na imprensa. Somente no mês de junho, data da divulgação dos números, foram 145 matérias em todo tipo de mídia (web, revista, jornal, rádio). O tema permaneceu como destaque nos veículos de comunicação ao longo do ano, o que colocou a questão da saudabilidade (500 matérias) como assunto dominante neste cenário.

A ABIA foi procurada também por mídias especializadas em saúde e alimentação saudável. Nesse universo, muito marcado pela presença das mídias sociais, blogs, aplicativos e afins, a indústria de alimentos foi frequentemente relacionada às questões de obesidade e hipertensão.

Sob esse aspecto, essa divulgação, assim como o anúncio do início das tratativas para a redução do açúcar contribuiu para equilibrar a balança de forma mais positiva para o setor.

A partir de setembro outras matérias sobre o consumo de sódio marcaram presença na mídia, alertando para os perigos do “sal a gosto”, acrescentado pelo consumidor durante o preparo dos alimentos. Mais de 56 matérias mencionaram estudos da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE) que aponta que a maior parte do sódio consumido pelo brasileiro vem do sal de cozinha.

## • Normas, regulamentos e rotulagem

Temas relacionados a normas e regulamentos sobre tributação, desperdício de alimentos, rotulagem de alergênicos, rotulagem nutricional e regulamentação de alimentos integrais foram recorrentes na cobertura da imprensa.

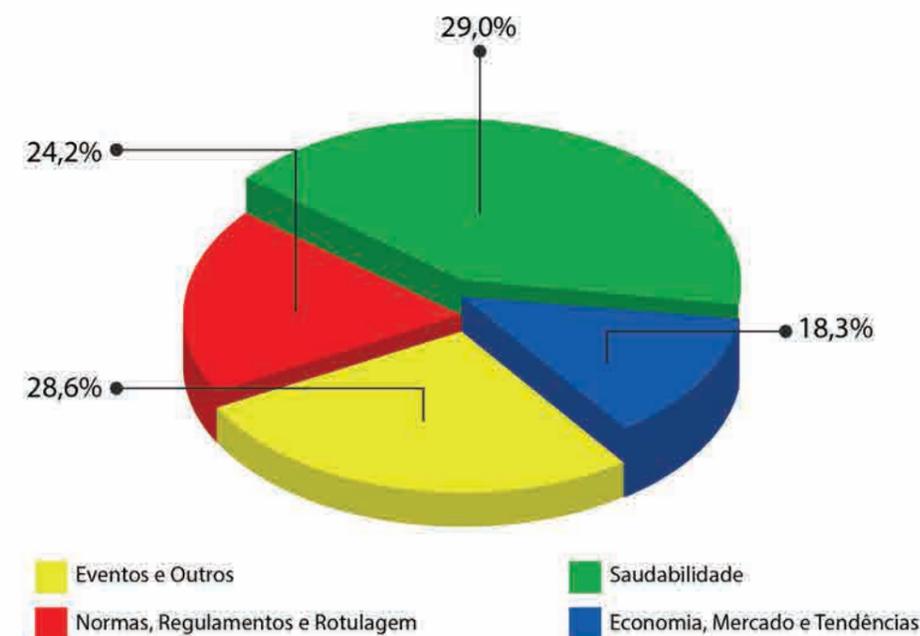
Destaque para a rotulagem de alergênicos, com ampla inserção na mídia no mês de julho (249 matérias), o prazo determinado pela ANVISA para a adequação.

## • Desempenho do Setor

ABIA se manteve como sólida fonte de referência para a imprensa nos assuntos de economia e mercado, exportações, inflação e alta de preços, geração de empregos, crise econômica, consumo, diversificação de portfólio. Ao longo de 2016 foram 315 matérias sobre o desempenho da indústria de alimentos.

## • Plataforma Alimentos Processados

Desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), com o objetivo de divulgar informações sobre ciência e tecnologia de alimentos, combatendo mitos e fatos associados aos alimentos processados, o site [www.alimentosprocessados.com.br](http://www.alimentosprocessados.com.br) foi lançado em novembro de 2016, com destaque na mídia nos meses de novembro e dezembro (23 inserções).



**1.723  
MATÉRIAS  
EM 2016**

*Durante o ano, matérias com publicação de estudos sobre benefícios ou malefícios dos alimentos também dominaram o noticiário, especialmente nos cadernos e publicações que cobrem a área da saúde.*

*A ABIA foi considerada fonte de referência para diversos temas abordados pela imprensa ao longo de 2016, tendo sido mencionada em 1.723 matérias.*

# DIRETORIA EXECUTIVA PARA O BIÊNIO 2016/2018

## **PRESIDENTE:**

EDMUNDO KLOTZ  
Herboflora Produtos Naturais Ltda.

## **VICE-PRESIDENTES:**

ADRIANO NOGUEIRA ZERBINI  
BRF - Brasil Foods S/A

ANTONIO CANDIDO PRATAVIERA CALCAGNOTTO  
Unilever Brasil Industrial Ltda.

ANTONIO CARLOS TADIOTTI  
Predilecta Alimentos Ltda.

ANTONIO DE PADUA RODRIGUES  
UNICA - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

CESAR BORGES DE SOUSA  
Caramuru Alimentos S.A.

FERNANDO MARTINEZ CALIA  
Pepsico do Brasil Ltda.

HELGA PAULA FRANCO MEUSER  
Nestlé Brasil Ltda.

JULIANA MENDES NUNES  
Brasil Kirin Indústria de Bebidas S/A.

LUC FRANK VAN ENDE  
Dr. Oetker Brasil Ltda.

MARIA CLAUDIA SOUZA  
Monsanto do Brasil Ltda.

MARIA VALERIA MILITELLI  
Cargill Agrícola S/A

MARTUS ANTONIO RODRIGUES TAVARES  
Bunge Alimentos S.A.

VICTOR BICCA NETO  
Coca-Cola Indústrias Ltda.

## **DIRETORES SECRETÁRIOS:**

JEAN LOUIS BELO GALLEGO  
Aryzta do Brasil Alimentos Ltda.

ARMANDO SOARES DOS REIS FILHO  
Le Roy Exportadora e Importadora Ltda.

## **DIRETORES-TESOUREIROS:**

LUIS ARTHUR OLIVEIRA NAVARRO  
CFO Consultoria Financeira e de Gestão Ltda.

JOSÉ RICARDO BESSA DE CARVALHO  
DSM Produtos Nutricionais Brasil Ltda.

## **DIRETORES:**

AFONSO CHAMPI JR.  
Ferrero do Brasil Indústria Doceira e Alimentar Ltda.

ANA PAULA COSTA E SILVA  
Heinz Brasil S.A.

ANA PAULA GUELLI  
Unilever Brasil Gelados do Nordeste S.A.

ANDRE FARIA PARODI  
United Mills Alimentos Ltda.

ARY ROSA BUCIONE JR.  
Danisco Brasil Ltda. / Du Pont

FATIMA ELENA VIANA CAMELO  
Vigor Alimentos S/A.

FERNANDO FREITAS  
Red Bull do Brasil Ltda.

GRAZIELLE TALLIA PARENTI  
Mondelez Brasil Ltda.

GUILHERME PORTELLA DOS SANTOS  
Lactalis do Brasil – Comércio, Importação e Exportação de Laticínios Ltda.

JOÃO ALBERTO BORDIGNON  
Nutrimental S/A Indústria e Comércio de Alimentos

LETÍCIA SOARES  
J.D.E. Br Comercialização de Cafés Ltda.

LUIZ CARLOS LÓZIO  
General Mills

LUIZ CARLOS SILVA  
Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

MARCIA MARIA COSTOLA DO PRADO  
Gelita do Brasil Ltda.

MARIO ESCOTERO  
Bimbo do Brasil Ltda.

MARIO VITAL DOMINGUES DA SILVA  
Ducoco Alimentos S/A

MILENE ALVES PEREIRA  
Três Corações Alimentos S/A

PAULO ROBERTO DE MAYA GOMES  
Sococo S/A Indústrias Alimentícias

PAULO TOMOYUKI AOKI  
Yakult S/A – Indústria e Comércio

ROBERTO TAKASHI OHARA  
Sakura Nakaya Alimentos Ltda.

RODRIGO MARQUES TEDESCO  
Masterfoods Brasil Alimentos Ltda.(Mars Brasil).

SIMONE DE FÁTIMA GARCIA  
Chocolates Garoto S/A.

VICENTE MANZIONE  
SICONGEL – Sind. Ind. Alim. de Congel. Super. Sorvetes, Concentrados no Est. SP

WAGNER LUCIO DE SOUZA  
GDC Alimentos S.A.

WILSON NEWTON DE MELLO NETO  
Danone Ltda.

## **CONSELHO CONSULTIVO**

### **Presidente:**

JOÃO FRANCO DE CAMARGO NETO

### **Membros:**

ALBERTO ENCINAS LASTRA  
GDC Alimentos S.A.

ANDRÉ LEONARDO ALVES SEABRA SALLES  
Brasil Kirin Indústria de Bebidas S.A.

AUGUSTO JOSÉ LEMOS  
Mondelez Brasil Ltda.

BERNARDO SERNA GAMEZ  
Bimbo do Brasil Ltda.

CID MARAIA DE ALMEIDA  
Cilasi Alimentos S.A. (Bela Vista)

CLAUDIA MARIA LORENZO  
Coca-Cola Indústrias Ltda.

CLAUDIO GEKKER  
Aryzta do Brasil Alimentos Ltda.

ELIZABETH MARIA MERCIER QUERIDO FARINA  
UNICA - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

FERNANDO FERNANDEZ  
Unilever Brasil Industrial Ltda.

FLAVIO NELSON FERNANDES  
Ducoco Alimentos S.A.

FRANCISCO IVENS DE SA DIAS BRANCO  
M. Dias Branco S/A - Indústria e Comercio de Alimentos

GILBERTO MEIRELLES XANDÓ BAPTISTA  
Vigor Alimentos S/A.

JOÃO FRANCISCO ALMEIDA DE FREITAS CAMPOS  
Pepsico do Brasil Ltda.

JOSÉ FLAVIO AROUCHE DE SOUZA  
Nestlé Brasil Ltda.

JOSÉ RAMÓN DIB  
Arcor do Brasil Ltda.

JOSÉ ROBERTO PERMONIAN RODRIGUES  
BRF – Brasil Foods S.A.

LARA INDRAMATI BRANS  
J.D.E. Br Comercialização de Cafés Ltda.

LUCIANO MAGGI QUARTIERO  
Camil Alimentos S.A.

LUIGI BAUDUCCO  
Pandurata Alimentos Ltda.

LUÍS FILIPE SILVA FONSECA  
Masterfoods Brasil Alimentos Ltda. (Mars Brasil)

LUIZ ANTONIO DOS SANTOS PRETTI  
Cargill Agrícola S.A

MARCELO CERESER  
Castelo Alimentos S.A

MAURÍCIO MULLER ADADE  
DSM Produtos Nutricionais Brasil S.A.

MAURÍCIO CÂMARA  
Danone Ltda.

PEDRO ALCANTARA RÊGO DE LIMA  
Três Corações Alimentos S/A.

PEDRO FRANCISCO PRESENÇO NAVIO  
Red Bull do Brasil Ltda.

RONALDO WICKBOLD  
Wickbold & Nosso Pão Indústrias Alimentícias Ltda.

WALERY JOSEF BADER  
Herboflora Produtos Naturais Ltda.

#### **CONSELHO FISCAL**

##### **Membros Titulares**

DANIEL FONTES GRIGOLON  
Givaudan do Brasil Ltda.

EDSON BATISTA GONÇALO  
FIRJAN-SENAI-CTS – SENAI – Serviço de Aprendizagem Industrial

JOSÉ FERREIRA FILHO  
Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda.

##### **Membros Suplentes**

ALESSANDRA RAMALHO DE CAMPOS RUFINO  
Kellogg Brasil Ltda.

CARLOS ANTONIO LAPIQUE MARTINEZ  
Lapiendrus Indústria e Comercio Ltda.

FAISSAL ASSAD RAAD  
Importadora de Frutas La Violetera Ltda.

criação e produção gráfica

**RV MONDEL**  
COMUNICAÇÃO

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.478 • 11º andar  
CEP 01451-001 • São Paulo • SP  
Tel.: 11 3030 1353 • Fax: 11 3814 6688  
abia@abia.org.br • www.abia.br

**ABIA**

Associação Brasileira das  
Indústrias da Alimentação